

JORNAL O Poder popular

EDIÇÃO 102

Fevereiro 2026

ANO 11

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.

ENREDO
2026



NAO
TEMOS
TEMPO
DE TER
MEDO



Resistir ao imperialismo
com organização popular



EDITORIAL

Resistir ao imperialismo com organização popular

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) manifesta sua mais irrestrita solidariedade ao povo venezuelano diante do ataque imperialista criminoso promovido pelos Estados Unidos contra a República Bolivariana da Venezuela e exige a liberdade do presidente Nicolás Maduro e da primeira combatente Cilia Flores, bem como seu imediato retorno à pátria. O PCB considera esse ataque um crime internacional e alerta que as ações contra a soberania venezuelana representam uma ameaça a toda a América Latina e, especialmente ao Brasil, em função de suas enormes riquezas minerais e seu peso político na região.

A agressão à Venezuela não é um fato isolado nem resultado de circunstâncias conjunturais. Trata-se da primeira ação prática e violenta da nova doutrina de segurança dos Estados Unidos formulada pelo governo Trump, cujo objetivo é recolocar a América Latina e o Caribe como zona direta de sua dominação estratégica, retomando sem disfarces a lógica da Doutrina Monroe. Essa nova doutrina deve ser compreendida como resposta desesperada do imperialismo dos EUA à sua crise sistêmica, ao declínio de sua hegemonia global e à emergência de novas potências

econômicas, tecnológicas e militares. Incapaz de sustentar a dominação pela via do consenso como em alguns momentos no passado, resta agora ao governo Trump apenas as sanções, a chantagem econômica e o terrorismo de Estado.

O núcleo dessa doutrina não se resume apenas ao seu conteúdo e aos objetivos imperialistas, como o controle de recursos naturais, dominação de mercados, submissão política, mas especialmente à forma explícita, brutal, cínica e criminosa com que esses objetivos são agora declarados e executados, fato que retira as máscaras e desnuda o caráter predatório do imperialismo em sua fase de decadência histórica. Ao definir a América Latina como espaço de segurança nacional dos Estados Unidos, o governo Trump busca transformar as riquezas estratégicas da região — petróleo, água, biodiversidade, minerais estratégicos e alimentos — em ativos que devem ser apropriados e controlados pelos grandes capitais estadunidenses.

Diante dessa conjuntura complexa e perigosa, o PCB defende a construção urgente de uma ampla Frente Anti-imperialista no Brasil, capaz de articular trabalhadores, trabalhadoras, juventude,

movimentos sindical e popular, forças democráticas e setores em contradição com o imperialismo estadunidense. Essa frente deve se materializar num grande esforço para a criação de Comitês Populares Anti-imperialistas junto às organizações sociais e populares, nos territórios e locais de trabalho, buscando transformar a resistência em um movimento de massas capaz de fazer frente ao império em nosso país e que também coloque na ordem do dia a necessidade de reformas estruturais, tendo como perspectiva estratégica a construção de um Brasil Socialista. 

**Fora o imperialismo
da América Latina!**

**Pela libertação de Maduro
e da primeira combatente
Cilia Flores!**

**Todo apoio à luta da classe
trabalhadora venezuelana!**

**Pelo poder popular
no rumo do socialismo!**

**Por uma América Latina
Soberana e Socialista!**

Leia o restante da Nota do Comitê Central do PCB nas páginas 6 e 7 desta edição de O Poder Popular

EXPEDIENTE

**O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.
órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Mauricio Souza

Colaboradores desta Edição: Comissão Política Nacional do PCB, Coordenação Estadual da UJC SP, Fundação Dinarco Reis, Bil Rait Buchecha, Fábio Bezerra, Heitor César de Oliveira, Milton Pinheiro, Sofia Manzano e Thales Emmanuel.

Endereço Eletrônico: wwwpcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

**ACESSE AS MÍDIAS DO
PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO**

- youtube.com@JornalOPoderPopular
- instagram.com/jornalopoderpopular
- t.me/canalpcbnoticias

- x.com/OPoderPopular
- facebook.com/jornalopoderpopular
- opoderpopular.com.br

ACOMPANHE AS MÍDIAS DO JORNAL O PODER POPULAR:

HTTPS://LINKTR.EE/JORNALOPDERPOPULAR e contribua pelo Pix **JORNALOPDERPOPULAR@GMAIL.COM**



COMUNA QUE PARIU! 2026

NÃO TEMOS TEMPO DE TER MEDO!

“NÃO ME FALARAM QUE ERA PARA TER MEDO... ENTÃO ENFRENTEI. NÃO TEM TEMPO PARA TER MEDO, O COMUNA OCUPA TUDO NO CARNAVAL”



Em tempos de ofensiva conservadora e recrudescimento autoritário na América Latina, o Carnaval pode voltar a cumprir um de seus papéis mais profundos: falar sério sem perder a brincadeira, vir a ser uma trincheira simbólica da democracia, da memória e da luta popular, ou seja, uma eficiente arma da crítica.

Quando os surdos tocam, atendendo o chamado do repique, e as caixas, os chocinhos e os tamborins jogam o molho ecoados pelos soluços da cuica, não se trata apenas de festa — trata-se de uma forma histórica de resistência cultural, não apenas diante da indústria cultural e seus modismos impostos, mas também diante da violência política, do autoritarismo e da pressão imperialista que, ontem como hoje, tentam impor silêncio aos povos de Nossa América.

A cultura popular não pode se limitar a ser ornamento, mas sim, se afirmar como território de disputa política. O carnaval, sobretudo o carnaval de rua, é um desses espaços onde o povo não apenas celebra, mas elabora coletivamente sua dor, seu lamento,

sua memória, sua indignação e também sua esperança, seus amores e seus sonhos sonhados. Desde os ranchos e cordões do início do século XX até os blocos politizados de hoje, a folia sempre foi lugar de sátira, denúncia e resistência — contra o racismo, contra a repressão, contra a miséria e contra o autoritarismo.

É nessa tradição que se insere o enredo do Comuna que Pariu no Rio de Janeiro: “Não temos tempo de ter medo”. A frase sintetiza nosso sentimento político que atravessa gerações: quando o fascismo bate à porta, não há espaço para neutralidade. Não ter tempo de ter medo é escolher a coragem coletiva em vez da paralisia individual; é afirmar que a luta democrática não se faz apenas nos parlamentos e palácios, mas principalmente nas ruas, nas praças e nos batuques.

CANTAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

A luta não se limita às fronteiras nacionais. Quando um bloco canta contra a extrema direita no Brasil, ele também canta contra o avanço autoritário no continente. Canta contra a criminalização da esquerda no Chile, contra o cerco permanente a Cuba, contra a demonização da Venezuela e contra a tentativa de transformar a América Latina em quintal geopolítico dos EUA. O carnaval, nesse sentido, internacionaliza a resistência — faz da alegria uma forma de solidariedade entre os povos, afinal, em tempos de ódio, o amor, mais do que nunca, é revolucionário.

Ao cantar “Não temos tempo de ter medo”, o carnaval popular faz mais do que protestar. Ele afirma através da alegria: que a democracia se defende com organização, com memória, com reparação, justiça e com cultura. Em tempos de fake news, discursos de ódio e naturalização da barbárie, a arte volta a ser uma linguagem política fundamental na batalha das ideias — não como panfleto raso, mas como construção sensível de consciência social.

No Brasil, no Chile, em Cuba, na Venezuela e em toda a América Latina, o futuro democrático não se constrói apenas nos palácios — constrói-se também nas ruas, nos blocos e nas baterias. Em cada samba que denuncia o fascismo, em cada estandarte que defende a liberdade, em cada corpo que ocupa a cidade com alegria insurgente, pulsa uma certeza histórica: o carnaval não é fuga — é trincheira.

O amor que sentimos pela nossa classe, pela nossa gente, vai transbordar pelas esquinas, fortalecendo laços e potencializando a coragem de resistir e de construir o novo. ↗

Heitor Cesar Ribeiro - membro do Comitê Central do PCB e um dos Fundadores do Comuna que Pariu

Bil Rait Buchecha - membro do Comitê Regional do PCB-RJ e mestre de Bateria do Comuna que Pariu.

Vem com a gente que a rua é nosso território. Vem com a gente dizer que seguimos de pé, de cabeça erguida e sem medo!

Vem com o Comuna!



MOVIMENTO POPULAR

O QUE A LUTA PELA TERRA TEM A VER COM O VENENO NOSSO DE CADA DIA



Thales Emmanuel, militante da OPA (Organização Popular)

Segundo o IBGE, 1% de proprietários controla metade das terras agricultáveis no Brasil. Os 99% restantes que se virem com a outra metade.

Se você teme o câncer, se se preocupa com a chegada da demência, se a depressão de algum parente lhe desassossega a vida, saiba que estas são doenças diretamente ligadas à estrutura agrária do seu país!

O agronegócio no Brasil, o modelo empresarial dominante na agricultura, parte da junção do latifúndio com a indústria capitalista, aquela que produz os agrotóxicos. Praticamente tudo é envenenado por conta deste pacto assassino, inclusive o que sua família come.

Para obterem o controle total das terras, os grandes proprietários expulsaram quem nela habitava. A luta indígena, quilombola, camponesa, a luta do povo trabalhador pela terra, sua resistência, é, pois, o contraponto primeiro, a mais elementar forma de enfrentamento quando pensamos em nos curar dos agrotóxicos e seus malefícios.

O uso de agrotóxicos no Brasil cresceu 700% em trinta anos, assim como cresceu a área controlada pelo modelo do agronegócio, assim como cresceram os novos casos de câncer, quase um milhão a cada três anos. Temos o pior índice de pessoas que sofrem com

depressão e ansiedade da América Latina. O glifosato, herbicida mais consumido no país, tem sido associado a danos cerebrais e ao aumento do risco de demência. Não é mera coincidência!

A família camponesa - assentada da Reforma Agrária, pequena proprietária ou posseira - tem uma relação totalmente diferente com a terra. Ela mora lá, seus laços de afetividade são construídos lá. Se usa veneno, será a primeira a ser atingida. E quem gosta, em seu juízo, de ser envenenado?

Isso quer dizer que o camponês não utiliza agrotóxico em sua produção? Seria absurdo acreditar que a imposição de todo um sistema não implicaria no uso dos químicos por parte de parcela dos trabalhadores. Obviamente, nada comparado à contaminação provocada pelo modelo empresarial. Vem dos movimentos populares, inclusive, a elaboração de alternativas saudáveis concretas para toda a sociedade, como a agroecologia.

Para concluir, se você quer manter distância do câncer, da depressão e da demência, se não curte agrotóxico em sua mesa, masse invoca contrário ou contrária às ocupações ou retomadas de terra feitas por organizações populares, das duas, uma: ou é por desconhecimento ou por hipocrisia. E por desconhecimento agora não é mais.

LATIFUNDIO AMEAÇA E FAMÍLIAS TRABALHADORAS FECHAM ESTRADA EM PROTESTO

Equipe de Comunicação da OPA

As famílias da Comunidade Poeta Colibri, no município de Morrinhos, Ceará, fecharam, desde os primeiros minutos da manhã do dia 21 de janeiro, uma estrada que liga o distrito de Sítio Alegre ao município de Santana do Acaraú.

"Estamos aqui para denunciar mais uma ordem de despejo de um doutor da lei contra a gente. Já convidamos juízes e a Comissão de Resolução de Conflitos Fundiários para visitar a comunidade. Vê essa terra: ela não produzia nada, estava abandonada por muitos, muitos anos. Comprove com os próprios olhos! Agora, desde que entramos, estamos trabalhando nela, produzindo alimentos para nós e para toda região. Aprendemos que fazenda grande abandonada tem que ser entregue para quem quer trabalhar nela. Tá na Constituição Federal! Zezinho Albuquerque não pode ser maior que a lei. Não pode! Tão tentando fazer com a gente o que estão fazendo com a Venezuela: invadir, despejar para roubar nossa riqueza! A terra é nossa mãe, nosso sustento, nossa maior riqueza! Por isso gritamos assim: Fora Trump da Venezuela! Fora Zezinho Albuquerque da Poeta Colibri", declarou Maria Cleide, jovem moradora da comunidade, durante o protesto.

Leia na íntegra:



UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Aumento da tarifa do transporte em São Paulo: mais caro pra nós, mais lucro pra eles



No estado de São Paulo, o ano começou repetindo um roteiro já conhecido pelo povo trabalhador: tarifa mais cara, transporte pior e um fluxo constante de dinheiro público garantindo o lucro das empresas do setor. Entre as 39 cidades da Região Metropolitana, 12 já anunciaram reajuste da tarifa dos transportes — ônibus, trem e metrô. Ao final do texto, mostraremos a lista das cidades afetadas e os valores atualizados.

Quando o assunto é transporte, o discurso de “equilíbrio financeiro” e “necessidade de reajuste”, repetido por Tarcísio e pelos prefeitos dos municípios do estado, serve para esconder um esquema de repasses absurdos que garantem privilégios aos capitalistas do setor. O transporte em São Paulo funciona como um grande mecanismo de transferência de dinheiro público para empresas privadas.

O dinheiro pago pelo povo nas catracas, somado aos recursos do orçamento do Estado e da Prefeitura, é organizado de forma a garantir, antes de tudo, a rentabilidade das empresas privadas. Além dos subsídios bilionários, tanto nos sistemas municipais quanto no estadual, os contratos são desenhados para protegê-las de qualquer risco ou diminuição de sua taxa de lucro. Se o número de passageiros cai, se os custos aumentam (mão de obra e manutenções) ou se o serviço piora, isso não afeta o lucro empresarial. O

prejuízo é automaticamente empurrado para o poder público, que têm o dever contratual de cobrir a diferença com mais repasses, reajustes tarifários ou “compensações” pagas com impostos.

As empresas privadas, como a Motiva (antigo grupo CCR), têm prioridade na divisão dos recursos, enquanto as operadoras públicas (SPTrans, CPTM e Metrô) ficam com o que sobra e depois precisam ser socorridas pelo próprio Estado para não quebrarem. Ou seja, nesse modelo de transporte, o Estado assume os custos, os riscos e as perdas, enquanto o capital privado fica com a parte segura, previsível e lucrativa do sistema.

POR UM TRANSPORTE GRATUITO, ESTATAL E CONTROLADO PELO Povo!

O povo paga duas vezes: na tarifa e nos impostos. Já os empresários não pagam nada — só recebem. Esse é o verdadeiro assalto ao fundo público travestido de “gestão”, “eficiência” e “parceria”. Para a classe trabalhadora e sua juventude, o resultado desse modelo é sempre desastroso. Nós saímos perdendo em tudo. Pagamos mais caro na passagem e ainda bancamos o sistema com impostos, enquanto as empresas, por sua vez, nunca fecham no vermelho e não melhoram o serviço. Perdemos

tempo em ônibus lotados, chegamos atrasados ao trabalho, à escola e aos compromissos. Pagamos tudo isso com nossa saúde mental e física e com o dinheiro que deveria ir para saúde, educação e moradia.

Essa tarifa só existe porque o transporte foi entregue às empresas privadas. Se o sistema fosse completamente estatal, planejado para atender as necessidades do povo e administrado por ele, não haveria catraca nem barões do transporte enriquecendo às nossas custas. Por isso, defendemos a estatização do sistema de transportes, o passe livre para todos e o controle popular sobre a operação e o planejamento do sistema, para atender às necessidades do povo, e não ao lucro privado.

Diante disso, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, desempregados/as e todo o povo precisamos nos organizar e lutar contra o aumento da passagem e contra esse modelo injusto. É preciso, sobretudo, lutar por uma revolução socialista, que conquiste o poder político para o povo e realize as transformações que de fato vão melhorar nossas vidas.

**PASSE LIVRE JÁ!
CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES!
PELO SOCIALISMO E O PODER
POPULAR!**
**Coordenação Estadual da UJC em
São Paulo**

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Ataque à Venezuela é uma ameaça à América Latina e ao Brasil



A ação criminosa do governo dos Estados Unidos contra a Venezuela revela os métodos da ofensiva imperialista: uso direto do poder militar, atuação da comunidade de inteligência para mapear recursos e negócios, sanções econômicas, sabotagem política, estímulo a golpes de Estado, interferência nas eleições e, quando necessário, invasão armada. Como a própria doutrina enfatiza, os países que se submeterem aos ditames de Washington serão recompensados com favores econômicos e apoio político e aqueles que resistirem serão punidos exemplarmente. Trata-se de um sistema de coerção destinado a fragmentar a nossa região, destruir processos de integração e impedir qualquer projeto autônomo de desenvolvimento, mesmo aqueles do campo reformista mais moderado.

Essa estratégia representa também uma ameaça direta aos movimentos sociais e populares. A doutrina define os movimentos sociais, migratórios e ambientais como ameaças à ordem imperial, criando as bases para a criminalização da resistência popular, que passaria a ser tratada como problema de segurança, o que abre espaço para a intensificação da repressão contra os trabalhadores,

as trabalhadoras e os movimentos populares, supressão das liberdades democráticas e fortalecimentos de governos autoritários.

A Doutrina Trump e o Brasil

Diante da atual conjuntura, o Brasil se torna, contra sua própria vontade, o centro de uma disputa geopolítica entre Estados Unidos, China e Rússia. Isso porque o país ocupa uma posição estratégica no redenho imperial da região, ao reunir pelo menos quatro condições materiais e políticas decisivas que são objetivos da ganância imperialista:

- O Brasil é um dos poucos países industrializados do continente, uma das dez maiores economias do mundo, com um sistema financeiro relevante, um grande mercado interno, o maior da América do Sul, e um peso político importante entre os países da América Latina e do Sul Global, muito embora tenha uma estrutura militar bastante frágil.
- Por suas dimensões continentais, o país possui um aporte de recursos naturais estratégicos, como lítio, nióbio, petróleo, entre outros, além de água doce em abundância, vastas terras agricultáveis e 21% das terras

raras do mundo, os minérios mais cobiçados pelo imperialismo estadunidense.

c) É promotor de alianças de integração regional como o Mercosul, Unasul, Celac, internacionalmente com os BRICS, sendo ainda o maior parceiro comercial da China, além de possuir boas relações com a Rússia e capacidade de articulação política e diplomática.

d) É um grande produtor de alimentos, energia e possui uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo.

O imperialismo dos EUA considera inaceitável uma nação ter essas condições econômicas, políticas e materiais fora de seu domínio, principalmente porque trata-se de um país que reúne condições para construir alternativas econômicas fora dos interesses de Washington e tem relações especiais com os principais inimigos declarados dos Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a doutrina Trump não deixa dúvidas: cada país da região deve escolher um lado nessa disputa. Quem aceitar a subordinação será premiado e quem não se enquadrar na nova estratégia sofrerá as consequências do poder imperial.



Portanto, o Brasil não está imune à ofensiva imperialista e seria um grave erro histórico manter qualquer tipo de ilusão a esse respeito. Mesmo sob um governo de perfil moderado como o de Lula e ainda que Trump e Lula se declarem “quimicamente próximos”, o Brasil já está sendo objeto de prospecção de seus recursos naturais e de vigilância pela comunidade de inteligência dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que, mesmo em tempos diferentes do que estamos vivendo agora, o país sofreu vigilância, tentativas de desestabilização, ações de lawfare como a Operação Lava Jato e o golpe contra Dilma Rousseff, o que demonstra que o imperialismo não tem amigos, mas apenas interesses.

É preciso reconhecer ainda que o imperialismo estadunidense possui uma grande base social e política interna no Brasil. O bolsonarismo é o aliado mais aberto do governo Trump no país e dirige atualmente vários governos estaduais e municipais, possui grande presença na Câmara dos Deputados e no Senado, além de Assembleias Legislativas e Câmaras municipais e forte influência junto às igrejas pentecostais, aos setores das camadas médias urbanas, nas Forças Armadas e até mesmo no proletariado. Além disso, a burguesia associada, setores do agronegócio e a mídia corporativa

atuam como correias de transmissão dos interesses imperialistas no interior do Estado brasileiro.

Organizar a resistência contra o imperialismo dos EUA

A atual conjuntura representa uma ameaça estrutural à nossa frágil soberania nacional e popular, à possibilidade de um desenvolvimento autônomo e retomada da industrialização, integração regional e articulação com os BRICS, especialmente uma ameaça ao movimento social e popular. A política imperialista dos EUA não deixa espaço para neutralidade ou ilusões conciliatórias. Trata-se de uma escalada agressiva que ameaça diretamente a existência do país enquanto nação soberana. Diante dessa encruzilhada histórica, o PCB afirma que resistir aos ataques de Trump não é uma escolha ideológica abstrata, mas uma necessidade política e existencial. Aceitar a subordinação significa condenar o país ao atraso, à submissão e à barbárie social.

Nenhuma resistência poderá se tornar vitoriosa se não atender a os interesses da classe trabalhadora e das grandes massas pobres de nosso país e formular uma alternativa que rompa com o pacto

das elites, com o neoliberalismo e a reprimarização da economia, o rentismo institucionalizado, assegurando direitos e garantias ao povo trabalhador. É preciso enfrentar a desigualdade estrutural, colocando os recursos naturais do país a serviço de um desenvolvimento social voltado a construir um novo rumo para o Brasil, na perspectiva dos interesses populares, ou seja, o estabelecimento de um Estado proletário, única garantia para termos um país verdadeiramente soberano e livre da exploração imperial.

Essa é a tarefa histórica que se coloca diante de nós. O PCB e sua militância se comprometem a estar à altura desse desafio, organizando, conscientizando e mobilizando os trabalhadores, as trabalhadoras e a juventude para que a resistência popular se transforme em força capaz de abrir um novo caminho para o Brasil e para os povos da América Latina. ♀

Leia na íntegra a Nota Política do Comitê Central do PCB:



ECONOMIA POLÍTICA PARA TRABALHADORES

ACORDO MERCOSUL-UE: A SALVAÇÃO DA LAVOURA



O Acordo Mercosul-União Europeia cria a maior área de livre comércio do mundo e consolida a estratégia econômica do agronegócio brasileiro. Vale lembrar que este setor defende radicalmente o liberalismo, mas não abre mão dos vultosos recursos públicos transferidos na forma de subsídios ao setor privado.

Do ponto de vista comercial, o acordo vai aprofundar os déficits que o Mercosul tem com a Europa. A balança comercial é favorável à UE: em 2025, o bloco sul-americano exportou US\$ 49,8 bi e importou US\$ 50,3 bi. Enquanto isso, a imprensa interna exalta o possível barateamento de azeites, vinhos e chocolates! No entanto, apenas para ficarmos no setor primário, por parte da Europa, carne bovina e etanol terão cotas isentas. O que exceder essas cotas será tributado.

O setor industrial será, sem dúvida, o mais afetado. Com a paulatina desindustrialização da região, operada pelas políticas neoliberais desde os anos 1990, o que restava de indústria interna será impactada com a entrada de bens de consumo e de capitais provenientes da Europa.

Menos comentado na mídia hegemônica, o filé mignon do acordo são as compras governamentais. Além de representar bilhões de dólares anuais garantidos pelo Estado, as compras governamentais sempre foram prioritários aos olhos dos países centrais. Desde medicamentos, passando por

maquinário pesado como tratores, veículos de transportes, trens, ônibus, perfuradoras subterrâneas e todo tipo de produto, de material cirúrgico ao material didático, esse setor apresentava certas restrições para a aquisição internacional. Com o Acordo, abre-se um mercado gigantesco para as empresas europeias acessarem essas compras.

Os países que se opuseram ao acordo, França, Polônia, Irlanda, Áustria, Hungria e Bélgica, o fizeram por pressão interna dos agricultores. Há anos Paris enfrenta manifestações desses segmentos sociais com tratores desfilando na Avenida Champs Élysées e fechamento de rodovias por todo país.

Por outro lado, a assinatura do acordo vai impulsionar a extrema-direita na Europa. Os agricultores, especialmente a agricultura familiar e pequenos proprietários, são uma base política forte dos partidos neofascistas na Europa. O Rassemblement National, partido de Marine Le Pen, na França, se opõe ao Acordo e tem apoiado (e recebido apoio) dos agricultores. O mesmo movimento político se observa na Polônia, na Hungria e na Bélgica.

Mais ameaças aos direitos da classe trabalhadora

Que esse acordo favoreça o agronegócio e que os governos do Mercosul não apresentem um

projeto alternativo à reprimarização da economia regional não é novidade para nós que denunciamos esse processo há anos. O que se seguirá a esse acordo terá impacto nos direitos de todos/as os/as trabalhadores/as, especialmente no setor industrial. Várias entidades patronais desse setor já estão veiculando a necessidade de "reformas estruturais" para amenizar os impactos do acordo na indústria e, para isso, levantam novamente a costumeira mentira do "custo Brasil", ou seja, o suposto custo interno dos direitos trabalhistas.

No momento em que há um crescimento da taxa de emprego no Brasil, mesmo com as infames reduções de direitos e renda dos/as trabalhadores/as percebidos nos últimos anos, o que a burguesia interna deseja é rebaixar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora, além das históricas ajudas governamentais aos seus negócios. ↗

Não ao Acordo Mercosul-UE!

Por uma política econômica que atenda as necessidades da classe trabalhadora!

Leia na íntegra a nota da Comissão Política Nacional do PCB:



MEMÓRIA VIVA

Manoel Fiel Filho: um operário comunista na luta contra a ditadura

Fundação Dinarco Reis / Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Em 16 de janeiro de 1976, agentes do DOI-CODI chegaram na indústria metalúrgica Metal Arte em São Paulo, para levar preso o operário Manoel Fiel Filho. No dia seguinte, uma nota oficial do Comando do II Exército sediado em São Paulo informava que o "operário Manoel Fiel Filho tinha se suicidado com suas próprias meias". Mais uma farsa era montada, a exemplo dos casos anteriores envolvendo o estudante Alexandre Vanucchi Leme (militante da ALN), o tenente da PM José Ferreira de Almeida e o jornalista Vlado Herzog (ambos do PCB), também "suicidados" nos porões da ditadura.

Fiel Filho era natural de Quebrangulo, Alagoas, de onde saiu aos 18 anos para São Paulo, carregado de sonhos por uma vida melhor. Começou trabalhando como padeiro e cobrador de ônibus na megalópole. Quando foi assassinado em 17 de janeiro de 1976, tinha 49 anos, era operário metalúrgico e ativo militante do PCB.

Desde a posse do ditador Ernesto Geisel, em 1974, o regime anunciará uma "distensão lenta e gradual", mas continuou prendendo, torturando e matando. O PCB foi a organização mais perseguida em meados da década, com a prisão, tortura e assassinato de dirigentes do Comitê Central e militantes de base. Um dos objetivos da Operação Radar, criada pela ditadura para destruir o PCB, era ir à caça dos dirigentes e militantes responsáveis pela produção e distribuição do jornal clandestino *Voz Operária*, que o PCB fazia circular, apesar de todas as adversidades



políticas e financeiras.

Manoel foi preso na sequência da captura de Sebastião de Almeida, o Deco, vendedor de bilhetes de loteria que fazia ponto em frente à fábrica Metal Arte, recolhendo contribuições para o PCB e distribuindo exemplares do jornal *Voz Operária*. Depois de torturado, Deco acabou revelando que Manoel Fiel Filho era um dos recebedores do jornal. No dia 16, depois de o pegarem no trabalho, levaram-no até em casa, para revista-lá em busca de algum exemplar do periódico comunista, mas nada encontraram. Manoel disse para a mulher: "Não chora, nega, que eu vou voltar logo".

No sábado à noite, por volta das 22 horas, um agente do DOI-CODI entregava a Tereza um saco

plástico com as roupas e sapatos dele, avisando friamente que "seu marido morreu, suicidou-se". Diferentemente do que ocorreu com a morte de Herzog, pouco alarido se fez em torno do assassinato de Manoel Fiel Filho. Uma das razões foi a intimidação que a viúva e a família sofreram: os órgãos de repressão exigiram que o velório não durasse mais do que duas horas, forçaram rápido sepultamento e proibiram que outras pessoas, além dos parentes mais próximos, fossem avisadas. Impuseram o silêncio, pois sabiam que seria muito complicado ter que explicar outro "suicídio" nos porões do regime.

Seu assassinato contribuiu para a demissão do General do II Exército, Ednardo D'Ávila Melo, num momento em que a ditadura começava a recuar e a ceder espaços, a partir das primeiras grandes manifestações de oposição após a morte de Herzog e do acirramento das contradições sociais que emergiam com a crise econômica. Nos anos seguintes, Manoel Fiel Filho passou a ser lembrado em documentários, livros, músicas e poemas, como um operário que lutou em favor dos oprimidos e explorados. Um panfleto questionava: "Que crime cometeu esse trabalhador? Combater o arrocho salarial, reivindicar liberdades democráticas e lutar por uma sociedade sem exploradores, onde os trabalhadores que tudo produzem sejam também o poder". Seu exemplo jamais será em vão. ♣

CAMARADA MANOEL FIEL FILHO, PRESENTE! ONTEM, HOJE E SEMPRE!

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA • AMÉRICA LATINA

Toda solidariedade a Cuba!



O Partido Comunista Brasileiro (PCB) expressa sua mais profunda solidariedade ao povo cubano e a sua Revolução diante das declarações do Governo imperialista dos Estados Unidos de que "Não haverá mais petróleo, nem dinheiro para Cuba" e abertamente sugerindo uma rendição "antes que seja demasiadamente tarde".

O presidente Miguel Díaz-Canel classificou essas declarações feitas contra Cuba como imorais e reafirmou a prontidão do país para se defender, assegurando que Cuba é uma nação livre, independente e soberana que não aceita imposições. "Cuba não ataca, ela é atacada pelos EUA há 66 anos e não ameaça, ela se prepara, pronta para defender a Pátria até a última gota de sangue. Cuba é Coragem".

O governo Trump está atualmente avaliando a imposição de um bloqueio total às importações de petróleo de Cuba, uma medida extrema que buscaria precipitar um colapso energético abrangente e uma mudança de regime devido à fome decorrente deste ataque. Essa escalada, fortemente denunciada pelo vice-ministro cubano das Relações Exteriores, Carlos Fernández de Cossío, seria o ponto culminante de

uma política deliberada de sufocamento econômico e a principal causa da situação crítica do sistema nacional de eletricidade, cujas quedas de energia afetaram a população nos últimos tempos.

Em 2019, figuras como Marco Rubio e John Bolton já pressionavam por uma medida semelhante, mas, na época, as agências de segurança nacional dos EUA a consideraram "irresponsável e perigosa". O renascimento dessa ameaça em 2026 não só evidencia a obsessão de setores da extrema-direita dos EUA, mas também a natureza cíclica e aguçada da hostilidade que ignora as vidas humanas.

Uma política de colapso para além do cerco econômico

Buscar um "bloqueio total do petróleo" depois de anos obstruindo o acesso a peças de reposição é uma política que transcende o econômico: é uma estratégia de guerra híbrida que tem como alvo o bem-estar básico da população. Ao atacar a energia, a refrigeração de alimentos e medicamentos, o bombeamento de água, a iluminação, a conectividade

e a produtividade são atacados. É uma tentativa de gerar agitação social através do sofrimento artificialmente induzido.

A ameaça de um cerco total de petróleo é a confirmação de um manual de asfixia. Isso mostra que as quedas de energia não são um problema técnico isolado, mas o resultado calculado de uma guerra econômica de amplo espectro. A resposta de Cuba é a de uma nação pacífica, mas soberana, que resiste e constrói, mesmo no escuro, diante da agressão. A luz que o bloqueio tenta extinguir é precisamente aquela que a solidariedade internacional e a tenacidade do povo cubano estão determinadas a continuar produzindo.

O PCB repudia com veemência qualquer interferência externa e exigimos que os EUA cessem imediatamente o bloqueio, sanções e quaisquer ameaças contra Cuba. Hoje, praticamente todos os países do mundo condenam o bloqueio criminoso contra a Ilha Socialista.

É hora de organizar a mais ampla unidade dos povos latino-americanos contra as agressões e ameaças do imperialismo estadunidense. ☭

**Pela Autodeterminação dos Povos!
Em defesa da Soberania Nacional e Popular!
Pelo Fim do Bloqueio dos EUA contra Cuba!
Fora Ianques da América Latina!**

Leia também o artigo: Sufocamento energético: a cadeia do cerco contra ilha.



PALESTINA LIVRE E SOBERANA

“Conselho da Paz”: a cereja do bolo da hipocrisia imperialista



Por Fábio Bezerra - membro do Comitê Central do PCB e do Conselho Editorial do Jornal O Poder Popular

No dia 22 de janeiro, Donald Trump anunciou em sua rede social a proposta de constituição de um “Conselho de Paz” para dar sequência às etapas de negociação de “fim dos conflitos” entre o Estado sionista de Israel e o Hamas e a reconstrução da Faixa de Gaza.

O “Conselho de Paz” implicaria na composição de diversos governos e personalidades previamente convidados por Trump, com destaque para o assento de empresários ligados ao setor imobiliário dos EUA e ao setor financeiro e, entre outras condições, o depósito prévio em um fundo específico, de cerca de 1 bilhão de dólares, para que os países tenham assento “permanente” assegurado neste “Conselho”.

Além disso, o estatuto prevê que o comando deve estar subordinado ao governo dos EUA, que teria poder de voto e de desempate nas possíveis votações e que Donald Trump, mesmo após deixar a Casa Branca, continuaria com assento vitalício no “Conselho”.

É importante ressaltar que nas tratativas que estabeleceram essa proposta de “Conselho de Paz” não houve nenhuma consulta prévia à Autoridade Palestina, tampouco ao conjunto das organizações que compõem o movimento de resistência palestina, ou mesmo à Liga dos Estados Árabes, composta por muitos países que são aliados dos EUA na região do Oriente Médio.

A presença de empresários do setor imobiliário e financeiro deixa às claras a intenção de retomar o projeto de expansão da especulação imobiliária e de negócios que esse “Conselho” de fachada poderá representar no futuro, com suposto aval da opinião pública, para legitimar a arbitragem mundial, em nome da paz, da lógica intervencionista e neocolonialista dos EUA e consortes nas significativas e lucrativas oportunidades de investimentos que se abrem.

Governo Trump: escalada de agressões internas e em todo o mundo

A nova era da “Pax Americana” de Trump na verdade é marcada pelos atos insanos de um governo que usa o cajado da beligerância interna e externa ressaltando os mais variados tipos de ações agressivas.

Em âmbito internacional, por exemplo, há as chantagens de anexação forçada envolvendo a Groenlândia, a imposição de tarifas alfandegárias entre países, o artifício de falsas acusações para a justificativa de bombardeios, invasões de países e sequestros de chefes de Estado, como aconteceu recentemente com Nicolás Maduro

e sua esposa Cilia Flores em território venezuelano. Em âmbito nacional, a escalada de desrespeito aos direitos humanos, sob a sombra da cruzada moral contra o “inimigo interno”, se concretiza na perseguição a imigrantes (em especial latino-americanos) promovida pela Immigration and Customs Enforcement's (ICE) – a Gestapo de Donald Trump –, com detenções, prisões e deportações abusivas!

Apoiado historicamente e financiado pelos governos estadunidenses, o massacre na Palestina ocupada, que ocorre há mais de 77 anos, se intensificou desde 2023 em um abominável genocídio responsável pelo assassinato de mais de 70 mil palestinos, em sua ampla maioria mulheres, deixando até aqui mais de 300 mil vítimas com múltiplas sequelas.

Nunca haverá paz e prosperidade enquanto houver subjugação da autodeterminação do povo palestino e enquanto o respeito à soberania nacional e popular na Palestina não for devidamente estabelecido com a constituição de um Estado autônomo, interrompendo a intervenção política e a ocupação criminosa israelense.

A luta pela paz mundial só será possível sob outra perspectiva de sociedade e só será conquistada se combatermos diuturnamente as estruturas de poder e a dinâmica da ordem do capital, na qual o imperialismo é uma das formas centrais de sua manifestação.¤

Leia na íntegra:



FUNDAÇÃO DINARCO REIS

UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE LUKÁCS



A FUNDAÇÃO DINARCO REIS
APRESENTA:

**MINI CURSO COM
JOSÉ PAULO NETTO**

AULAS EM FEVEREIRO ÀS
QUARTAS, ÀS 19:00 PELA
PLATAFORMA **EVEN3**

DIA 04/02 – AULA 1: A recusa do mundo burguês (1902 a 1918)

DIA 11/02 – AULA 2: A prova da política (1918 a 1930)

DIA 18/02 – AULA 3: Os tempos difíceis (1930 a 1958)

DIA 25/02 – AULA 4: O guerreiro sem repouso (1958 a 1971)

VALOR: R\$ 80,00

AS AULAS FICARÃO GRAVADAS E SERÁ ENVIADO CERTIFICADO PARA OS PARTICIPANTES

Inscrições no link:



**LUKÁCS E A ATUALIDADE
DO MARXISMO**

Georg Lukács nasceu em Budapeste, Hungria, no dia 13 de abril de 1885. Tornou-se doutor em Filosofia pela Universidade de

Budapeste em 1909. Após a Revolução de Outubro de 1917, ingressou no Partido Comunista da Hungria. Em 1919, com a eclosão da Revolução Húngara, foi designado vice-comissário do Povo para a Cultura e a Educação Pública, realizando profunda reforma educacional, socialização das editoras e abertura dos museus e teatros aos trabalhadores. O fascismo destruiu a experiência socialista na Hungria e, no exílio em Viena, Lukács elaborou os originais de uma de suas mais importantes obras teóricas: História e Consciência de Classe, publicada em 1923.

O livro foi condenado pela Internacional Comunista em seu V Congresso (1924), atacado por um suposto "revisionismo teórico". Lukács afastou-se da política partidária ao ser ameaçado de expulsão do PC húngaro após a divulgação de suas Teses de Blum (pseudônimo usado na clandestinidade), derrotadas no II Congresso do Partido (1929), por defender a "ditadura democrática do proletariado e do campesinato" e retratar a classe trabalhadora como herdeira da melhor tradição da humanidade – incluindo a tradição revolucionária burguesa – e não apenas a criadora da nova cultura operária.

Com o fim da guerra e a derrota do fascismo, Lukács voltou a Budapeste, foi eleito para o parlamento húngaro e voltou a participar da vida cultural europeia,

mas, entre 1949 e 1953, sofreu perseguição dos seguidores de Stálin. Escreveu A Destrução da Razão, na qual investigava as raízes históricas da tragédia alemã (do caminho prussiano ao nazismo) e criticava a postura da intelectualidade moderna (com destaque para Nietzsche), representante da decadência ideológica da burguesia na etapa imperialista.

Na década de 1960, após a publicação de sua Estética, ambiciosa tentativa de constituir uma teoria marxista das manifestações artísticas, dedicou-se à elaboração de uma Ética marxista, resultando, após estudos iniciais sobre os fundamentos dos valores inscritos na práxis humana, na redação da Ontologia do Ser Social, obra somente publicada na íntegra postumamente.

Segundo José Paulo Netto, uma das grandes contribuições teóricas de Lukács foi denunciar o processo de manipulação social inerente ao capitalismo tardio e as novas formas de alienação daí decorrentes. Por mais críticas que tivesse aos Estados socialistas de seu tempo, fortemente marcados por práticas antidemocráticas e burocratizantes, em entrevista do início de 1970, Lukács não deixava dúvidas a respeito de seu posicionamento político e ideológico, ao qual foi fiel em toda a vida: "O pior socialismo é preferível ao melhor capitalismo".



**APOIE A FUNDAÇÃO DINARCO REIS:
Faça um Pix: 04345176000136**

